




ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA


ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, PARA DISCUTIR O AGOSTO LILÁS:
CAMPANHA DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL,
REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2025.

Aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelos Vereadores José Ítalo Gomes Cândido, 1º Secretário “Ad hoc”, e Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega, 2ª secretária “Ad hoc”. Compareceram a esta Audiência os Vereadores e Vereadoras: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega (PSB), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Maria de Fátima Medeiros de Maria (REPUBLICANOS), Marilucia de Lira Souza (REPUBLICANOS) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 05 (cinco) Vereadores e Vereadoras. Designadas pela senhora Presidente, as Vereadoras Brenna Nóbrega e Marilucia de Lira receberam os seguintes convidados: a senhora Jéssica Alexandre, Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres; Doutora Sílvia Alencar, Delegada da Mulher; a Professora Rosângela Medeiros, representando a UEPB; Juliana Almeida, Assistente Social do Centro de Referência de Atendimento à Mulher; Doutora Samara Oliveira, representando o Conselho da Mulher; Doutora Daniela Lucena, Advogada e Professora da UEPB; Esaú de Lucena, Tenente Coronel; Doutora Letícia Soares, Presidente da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher OAB/PB; Sueliton, Comandante do Tiro de Guerra; Lúcia Romão, presidente das Amigas Viva à Vida; Josa, representando a Diocese de Patos. Com a palavra, após cumprimentar a todos, a 1ª Secretária “Ad hoc” fez a leitura do dia: “PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. REQUERIMENTO Nº 1.328/2025 - REQUER DA MESA DIRETORA AGENDAR PARA O DIA 13 DE AGOSTO ÀS 19 H UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O AGOSTO LILÁS. Na forma regimental, após consultado o plenário, venho requerer da Mesa Diretora agendar para o dia 13 de agosto, às 19h, uma Audiência Pública para debater o Agosto Lilás. JUSTIFICATIVA: O Agosto Lilás é um marco anual de conscientização e enfrentamento à violência contra as mulheres e, em 2025, ganha ainda mais força com a campanha “Não deixe chegar ao fim da linha. Ligue 180”, que reforça o papel da Lei Maria da penha como instrumento de proteção e transformação de vidas. A campanha tem como foco informar, proteger e convocar a sociedade à responsabilidade coletiva, com especial atenção às mulheres em situação de violência. Com linguagem acessível e abordagem educativa, a mobilização busca ampliar o conhecimento sobre os direitos garantidos pela legislação, os canais de denúncia e os serviços especializados de atendimento. ‘A vida das mulheres depende de ações concretas, políticas públicas sérias e uma comunicação que acolha, oriente e proteja. O feminicídio é evitável, e o Governo Federal tem compromisso de virar essa chave’, afirma a Ministra das Mulheres, Márcia

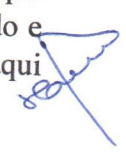
Lopes. Em 7 de agosto a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) completa 19 anos. Reconhecida internacionalmente como uma das legislações mais avançadas no enfrentamento à violência contra as mulheres, a norma estabelece medidas protetivas e instrumentos legais para garantir a segurança e a dignidade das vítimas. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. EM 07 DE AGOSTO DE 2025. Valtide Paulino Santos - Vereadora/autora." A senhora Presidente convidou o Tenente Coronel Danilo Galvão, Comandante do Corpo de Bombeiros para participar da mesa dos trabalhos. E também registrou a presença dos alunos do Curso de Administração da Universidade do Estado da Paraíba. Como também justificou a ausência da Vereadora Nadigerlane Rodrigues, que se encontra de plantão. Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra a **Sra. Jéssica Alexandre** - Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres: "Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa, a Vereadora e Presidente Tide Eduardo, Vereador Ítalo, Vereadora Lúcia de Chica Motta, Vereadora Brenna Vereadora Fatinha. Cumprimentar também aos presentes aqui, o Tenente Coronel Galvão, Tenente Coronel Esaú, Doutora Letícia, representando a OAB; todos os demais aqui presentes; Doutora Samara, representando o Conselho da Mulher; Dra. Juliana, representando o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Cumprimentar as minhas amigas do Amigas Viva à Vida, e cumprimentar a todos e a todas vocês que se fazem presentes aqui nesta noite de hoje. Nós iniciamos essa fala, agradecendo Vereadora Tide, e parabenizando pelo espaço, pela oportunidade, pela propositura deste momento importante. Nós temos dito, nos últimos dias, que a Campanha do Agosto Lilás, neste ano de dois mil e vinte cinco, foi diferente, Vereadora Tide. E isso, em razão do engajamento e do apoio que nós recebemos dos poderes públicos, Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, tem literalmente andando de mãos dadas, preconizando aquilo que diz o artigo 2º da Constituição Federal, que todos têm que trabalhar harmônicos entre si. Nesses últimos dias, nós temos observado esse trabalho em união, juntamente com o Ministério Público, da Delegacia da Mulher, da Polícia Militar, que sempre está conosco. Então, nós ficamos muito felizes com essa iniciativa e com esse apoio que a Campanha do Agosto Lilás teve neste ano de dois mil e vinte cinco. E pra que a gente possa falar um pouco do Agosto Lilás, nós precisamos primeiro, entender a origem, como surgiu o Agosto Lilás e o porquê de estarmos trabalhando nessas campanhas, o porquê de trabalharmos essa temática no agosto. Então, qual o objetivo do Agosto Lilás, por qual motivo ele foi criado? O intuito de trabalharmos essa temática é justamente trabalhar a conscientização da população sobre a Lei Maria da Penha, a Lei Nº 11.340/2006. Mas quem foi Maria da Penha? Maria da Penha foi uma bioquímica, que se formou na Universidade Federal do Ceará, em mil novecentos e sessenta e seis, concluiu o seu mestrado e, assim, prosseguiu na sua vida acadêmica. Quando iniciou o seu mestrado, ela conheceu Marco Antônio, com quem ela começou se relacionar, que também era integrante dos quadros na Universidade Federal do Ceará. Naquele ano, eles começaram a namorar e Marco Antônio demonstrava ser muito amável, educado e solidário com todos a sua volta. Veja que nós demos um destaque aqui na parte em que diz que ele era amável, educado e solidário, porque esse é exatamente o tipo que se é falado quando chegam as assistidas do CRAM, como é a conduta dos homens que, posteriormente, se mostram agressivos. Posteriormente, eles começaram a se relacionar, se casaram e, do nascimento da primeira filha, vieram as agressões; começaram a acontecer quando ele conseguiu a cidadania brasileira. Agia sempre com intolerância, exaltava-se com facilidade e tinha comportamentos explosivos com as suas próprias filhas. O medo era constante, a tensão era diária e as atitudes eram




violentas. Aqui nós falamos sobre o que denominamos de o ciclo da violência, que é o aumento da tensão, o ato de violência, o arrependimento e o comportamento carinhoso. Foi justamente nessa parte do comportamento carinhoso, que nós denominamos de a fase da lua de mel, em que Maria da Penha a terceira filha do casal. Posteriormente, e ainda dando seguimento a esses atos contínuos de violência, em mil novecentos e oitenta e três Maria da Penha foi vítima de uma dupla tentativa de feminicídio, foi quando ela estava deitada, dormindo, que ela sofreu um tiro nas costas. Primeiro, ele deu um tiro nas suas costas, enquanto ela dormia, e como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica. Qual a justificativa que Marco Antônio deu? De que tinha sido um furto, de que tinha sido uma tentativa de roubo dentro de seu domicílio. Quatro meses depois, Maria da Penha passou por procedimentos cirúrgicos, ainda, assim, agravada pela situação ela voltou pra casa, que ficou durante quinze dias em cárcere privado por Marco Antônio. Posteriormente, ele alegando cuidar dela, foi dar banho e tentou matá-la eletrocutada. Durante todos esses anos de impunidade, de falta de respostas da justiça, somente em mil novecentos e noventa e um foi que houve o primeiro julgamento de Marco Antônio. Não deu em nada, Marco Antônio, mesmo assim, saiu impune, e, posteriormente, em mil novecentos e noventa e seis, houve o segundo julgamento, novamente Marco Antônio não respondeu, porque a defesa alegou que havia vícios no processo, e Marco Antônio novamente saiu em liberdade. Foram anos de injustiças, foram anos de impunidades, e isso revoltou tanto, não necessariamente o país brasileiro, mas internacionalmente. A repercussão teve que ser internacional pra que se pudesse chamar atenção do Estado Brasileiro pra que se pudesse tomar alguma medida. E foi em noventa e oito que teve essa repercussão, e de noventa e oito a dois mil e um, ainda, assim, o Brasil seguia silenciado, não falava nada, teve que se mexer no bolso do Estado Brasileiro pra que se pudesse tomar alguma medida. Foi aí que o tribunal internacional chegou e falou: 'Brasil, você não vai fazer nada pelas suas mulheres?', Coronel Esaú. 'O que é que está acontecendo, as mulheres estão sofrendo e vocês não vão fazer nada? Vocês vão ter que ser penalizados. Foi aí que, em dois mil e dois, foi formado o Consórcio de ONGs Feministas, para elaboração da lei do combate de violência contra a mulher. Então, aqui, nós vemos que desde muito antes, desde que se iniciaram essas lutas femininas, que os movimentos sociais sempre são muito importantes Doutora Samara, principalmente na elaboração da Lei Maria da Penha. E foi em dois mil e seis que foi promulgada a Lei Nº 11.340, dia 07 de agosto, que, na última quinta-feira, nós estivemos aqui, comemorando os dezenove anos da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica no Estado Brasileiro. E dando seguimento a essa legislação, em seu capítulo dois, ela fala justamente das formas de violência doméstica e familiar. No Artigo 7º da Lei ela trata sobre a violência física. Mas o que é a violência física? Geralmente é aquela que a gente conhece, geralmente é aquela que deixa o roxo na pele, mas não é somente isso. O que é a violência física? É entendida como qualquer conduta que ofende sua integridade ou a sua saúde corporal, ou seja, o corpo e a integridade da mulher. É um puxão no cabelo, é uma mordida, é um murro, são sessenta e um socos, e por aí vai. A violência psicológica é qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher; é quando ele a chama de feia, quando chama ela de burra, quando diz que ela não sabe nada, é quando ele tenta diminuí-la, dia após dia, fazendo com que essa mulher se sinta incapacitada, com que ela se sinta insuficiente. E não impede que uma violência esteja entrelaçada a outra, os casos atendidos, no Centro de Referência de Atendimento à Mulher, em cem por cento dos casos, a violência psicológica também está presente. Nós temos a violência sexual, qualquer conduta que constranja a presenciar.



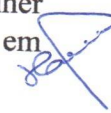
manter ou participar de relação sexual não desejada. Dentro do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, nós temos os casos de estupro marital. Alguém aqui já ouviu falar do estupro marital? Não tenham, vergonha, não, pode levantar a mão, aqui está todo mundo em casa, aqui é a Casa do povo. Ninguém sabe, tudo bem. O estupro marital é justamente quando a mulher, dentro do seu casamento, é forçada a manter relações sexuais sem ela querer. O fato de a mulher ser casada, não quer dizer que ela tenha que manter relações com uma pessoa que ela não quer, com uma pessoa que é violenta, com uma pessoa que a agride, ninguém sente vontade de se relacionar com uma pessoa como essa. Pelo fato de estarem casados, a partir do momento que a mulher diz 'não', isso acaba se tornando uma violência. A violência patrimonial, qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos seus objetos; é quando, em uma discussão, o marido, o companheiro, o namorado, está alterado, e ele pega o celular dela e joga na parede, joga no chão. É quando, em uma discussão de casal, estão em casa e, ele sabe que ela gosta de determinada peça de roupa, e ele vai lá e rasga; que ela gosta de maquiagem, e ele vai lá e quebra. São todas essas formas. É quando ela trabalha, Coronel Esaú, durante trinta dias e, no final do mês, é o homem quem recebe o seu salário. Tudo isso são configuradas também violência patrimonial. E a violência moral? A violência moral é qualquer conduta que configure calúnia, difamação, injúria. É quando eles terminam um relacionamento, e ele diz que ela é uma meretriz, vamos assim dizer, que usa palavras de baixo calão. E isso é o que acontece. E posteriormente, abordados esses cinco tipos de violências trazidos dentro da Lei Maria da Penha, nós falamos aqui da assistência da mulher em situação de violência doméstica e familiar no município de Patos. No município de Patos, eu costumo dizer que a política para a mulher é muito transversal, ela conversa e está presente em absolutamente todas as pastas que permeiam o município. Por exemplo, dentro aqui do município de Patos, nós temos uma secretaria específica que trata e trabalha o direito das mulheres, que é a Secretaria Executiva de Política para Mulher, e a secretária é esta que vos fala. Nós temos dentro da Secretaria da Mulher, o Centro de Referência de Atendimento a Mulher. E eu costumo dizer que o CRAM é a política pública do município de Patos mais palpável, Coronel. Por qual motivo? É lá que nós temos uma Assistente Social, que está aqui presente. Por favor, Juliana, levante a mão. É lá que nós temos uma advogada especializada, que também está aqui na plateia. Bruna, por gentileza, levante a mão. E é lá também que nós temos uma psicóloga, que não pôde estar aqui, hoje, porque está de resguardo, com o seu nenenzinho, em casa. Mas é esse corpo, essas mulheres que estão lá, à disposição, para atender, para apoiar e, principalmente, para acolher essas mulheres, que, dia após dia, são vítimas de violência. Nós temos a delegacia especializada da mulher, uma grande parceira nossa, que é a delegacia da mulher. Doutora Sílvia não pode se fazer presente porque, neste exato momento, está atuando. E nós temos a 'futura instalação' da patrulha da Maria da Penha, mais um serviço especializado sendo instalado aqui em nosso município. E, claro, não nós trabalhamos sozinhos. Quando eu falei inicialmente sobre a transversalidade da política para a mulher, há uma necessidade de trabalharmos em rede. E nesse trabalho em rede, é aí que trabalhamos com CRAM, com ADEAM, com a Polícia Militar, com o Conselho da Mulher, que nós trabalhamos com os CREAS, que nós trabalhamos com as UBSs, porque precisamos manter o diálogo, a conversa e, de fato, esse trabalho em rede. E aí, quais são os canais de denúncia? O 180. Nós estimulamos a denúncia por qual motivo? Hoje em dia, e ainda se utiliza muito o ditado popular, Vereadora Tide, de 'que briga de marido e mulher não se mete a colher', e isso já é passado. Briga de marido e mulher, Vereadora Lúcia, a gente mete o faqueiro inteiro. Porque nós não estamos aqui



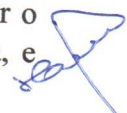
estimulando que a pessoa se coloque em risco, nós não estamos falando que a pessoa entre na frente de uma briga, mas hoje em dia temos os celulares, nós temos os canais de denúncia anônima. A pessoa que denuncia não precisa de identificar. E com essa ação, com essa atitude, nós poderemos ajudar a salvar a vida de muitas mulheres. Nós temos os canais de denúncia, o 180, e o mais ágil, em caso de urgência, acionar a Polícia Militar, que sempre é muito rápida em seus pedidos e na agilidade. E aqui nós temos uma frase de Maria da Penha, que diz que a vida começa quando a violência acaba. Então, de forma muito breve, por mais que falemos todos os dias sobre a violência contra a mulher, que, às vezes, a gente ache: 'ah, Doutora Letícia, mas está tão massificado, a gente não aguenta mais falar de violência contra a mulher'. Se a gente fala, e dia após dia, basta a gente colocar 'violência contra a mulher', vocês vão encontrar em seus celulares os dados atualizados, de horas atrás, porque a cada dois minutos uma mulher é violentada no Brasil, a cada quatro horas uma mulher é morta, Josa, no Brasil. Então, se por mais que nós falemos, ainda assim existe, imagine se a gente não fizesse, se a gente não falasse, Vereador Ítalo, como que nós estaríamos? Se ainda, assim, existem todas essas políticas, todas essas formas, e há três semanas, mais ou menos, nós tivemos a triste notícia de que uma mulher recebeu sessenta e um socos em seu rosto, por conta, um motivo que ele diz, alegar, de raiva, de ciúmes, de uma claustrofobia, de autismo, enfim, de uma justificativa injustificável. Então, que nesse Agosto Lilás, a cor lilás fique marcada do nosso compromisso, da dignidade que a mulher tem de viver sem culpa, sem medo, de simplesmente viver. Que nós, enquanto sociedade, possamos fazer o nosso papel, fazer a nossa parcela de contribuição para honrar a vida das mulheres passadas, das que foram, que, infelizmente, tiveram as suas vidas cessadas, de proteger as vidas hoje presentes e, principalmente, de proteger as gerações futuras, porque toda e qualquer mulher está susceptível a ser vítima de violência. E amanhã podem ser as nossas filhas, as nossas netas, as nossas sobrinhas, podem ser qualquer uma delas. E eu tenho certeza que nenhum de nós quer essa realidade para as nossas meninas e as nossas futuras mulheres. Então, que esse Agosto Lilás, de fato, fique a mensagem de que nós, enquanto sociedade, somos responsáveis para mudar essa realidade. E aqui a presença de cada um de vocês demonstra esse compromisso, demonstra esse interesse. E que possamos fazer esse trabalho juntos, unidos. E dizer, Vereadora Tide, que nós estamos sempre à disposição, dizer à população de Patos que nós estamos à disposição, contem conosco sempre e para tudo que precisarem. Obrigada a cada um de vocês. Que Deus nos abençoe! E tenhamos uma boa noite!". Mensagem, através de vídeo da **Vereadora Nadigerlane Rodrigues**: "Olá a todos. Pelo fato de não poder me fazer presente, nesta noite, juntamente a todos vocês que se encontram no plenário, nesta Audiência tão importante que acontece hoje em nossa cidade, eu venho, através deste vídeo, cumprimentar a todos os presentes. E de forma muito especial, parabenizar a Presidente Tide, pela iniciativa da Audiência Pública. A gente sabe que estamos no mês de agosto e, na oportunidade, a gente comemora o Agosto Lilás, que é o mês de combate da violência contra a mulher. E eu quero aqui reafirmar, diante de todos vocês, o nosso compromisso para com essa luta tão importante. Cumprimentar a todas as pessoas que se fazem presente e que, diariamente, abraçam essa luta em defesa da mulher. E dizer que tenho certeza, enquanto parlamentar, juntamente a Presidente Tide e demais parlamentares desta Casa, a gente tem se empenhado todos os dias para contribuir com uma política pública mais respeitosa em prol da mulher. Sabemos que já avançamos muito nessa luta de combate à violência contra a mulher, mas que precisamos avançar muito mais e avançar rápido, porque, infelizmente, o número de feminicídio ainda é um número muito grande para um país que tem uma lei, desde 2006,



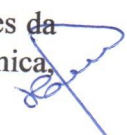
voltada para a mulher. Então, contem com o meu apoio. Eu queria muito estar presente. Quem me conhece sabe o quanto respeito essa luta, o quanto acredito em dias melhores, mas, infelizmente, a minha profissão me impede de me fazer presente neste momento. Mas me sinto muito bem representada na presença de todas as mulheres que se encontram nesse plenário. Tenho certeza que são mulheres de luta, tenho certeza que são mulheres comprometidas para com a luta da mulher. Quero aqui, enquanto parlamentar, enquanto também membro do Conselho de Mulheres, deixar o meu abraço a todas as mulheres que, de forma voluntária, fazem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A gente sabe que o Conselho tem abraçado essa luta e tem prestado contas, apesar das dificuldades. E aqui eu cumprimento a nossa Presidente Samara, essa mulher aguerrida, que tem todo o meu respeito. Quero cumprimentar também a Pastora Joana Darc, essa mulher que tem uma história na cidade de Patos, e que, para mim, é uma inspiração. E na pessoa da Pastora Joana Darc, cumprimentar a todas as mulheres que, de alguma forma, contribuem para que a mulher, de fato, tenha o respeito que merece, e que a gente escreva uma nova história. Porque, infelizmente, é como eu costumo dizer, apesar da luta existir, ainda existe muita mulher sofrendo, muita mulher sendo vítima de violência em sua casa, calada, sem saber por quem vai chamar. Então, a política existe; a política precisa, de fato, ser implementada da forma mais eficiente possível, porque todo serviço existe, respeito todo trabalho que existe, e aqui valorizo tudo o que existe, mas eu tenho certeza que, vocês, assim como eu, entendem que a gente precisa avançar mais, a gente precisa ter o número de homicídios zero; a gente precisa ter o número de violência zero. Aí sim a gente pode dizer que existe o respeito para com a mulher, para com o gênero feminino. Durante todo esse mês de agosto, a gente tem visto as pessoas usando o laço lilás, camiseta lilás, e a gente sabe que é importante sim, o símbolo, as cores, para que a gente possa, de fato, chamar a atenção das pessoas para essa luta, mas a gente sabe que, infelizmente, isso somente não resolve. A gente precisa ter um apoio maior às pessoas que fazem a segurança pública do nosso Estado, a gente precisa ter um maior suporte às mulheres vítimas de violência; a gente precisa ter canais acessíveis para que a mulher saiba onde procurar; a gente precisa ter acessibilidade por parte da mulher aos serviços de segurança pública. E aqui, na oportunidade, eu já parabeno a todos que fazem a segurança pública do nosso Estado. E a gente precisa, principalmente, que a mulher se sinta segura, que a mulher tenha certeza que denunciando, ela não estará sozinha. Então, enquanto vereadora desta Casa, é por isso que luto, é nisso que eu acredito. A gente precisa ser mulher abraçando outras mulheres. E que, de fato, a gente possa ter a unidade, porque o que vai fazer diferença em toda essa luta é se as mulheres derem as mãos. A gente sabe que é a maioria, mas a gente precisa também ser a maior força". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **Tenente Coronel Esaú**: "Boa noite a todos e a todas. Para mim, é uma satisfação, na noite de hoje, estar aqui presente em nome de todos que fazem a Polícia Militar. Gostaria, inicialmente, de saudar a minha amiga, Presidente desta Casa, a Vereadora Tide Eduardo; saudar a todos que estão aqui, enquanto convidados como eu, na pessoa da Secretária Jéssica, do meu amigo, irmão, companheiro, o Tenente-Coronel Galvão, Comandante do Quarto Batalhão de Bombeiro Militar, meu amigo Suéliton, que é tão importante, faz um trabalho majestoso com aqueles jovens do Tiro de Guerra. E a remontar também, queria em nome da nossa Amiga Viva a Vida, uma pessoa que eu tenho um carinho tão importante, a minha amiga Jerusa Delfino. A senhora, dona Jerusa, é uma guerreira, para mim, representa uma figura materna exemplar e, assim, uma mulher que realmente celebra a vida a cada dia. Muito obrigado pelo exemplo de mulher que a senhora é para todos nós. Queria saudar também as demais mulheres da plateia, em




nome da Cabo Aline, que aqui usa a farda, e sabe o quanto é importante, muitas vezes, estar investida nessa função, nesse mister de fazer segurança pública enquanto mulher. Então, a minha fala de hoje é muito rápida, mas, ao mesmo tempo, Secretária Jéssica, foi muito importante, muito significativo ouvir o quão é importante a gente saber de como as coisas aconteceram historicamente, para que a gente estivesse aqui hoje trazendo esta fala. Eu gostaria muito que a maioria desse plenário, hoje, fosse de homens, e não de mulheres, porque em verdade, em verdade, Doutora Samara, você que é uma mulher que representa tanto esse combate à violência contra a mulher em nosso município, sabe o quanto é importante a presença do homem, e que a gente precisa, acima de tudo, amigo Marcelo, educar os nossos filhos para o combate à violência contra a mulher, Vereador Ítalo. Porque, em verdade, em verdade, o homem é o maior algoz dessa violência. E a palavra do Senhor diz: 'ensina o teu filho o caminho em que ele deve andar, e ainda quando ele for grande, não se desviará dele'. Então, é de pequeno que a gente ensina respeito. Respeitar é preciso. Eu lia, domingo agora, a mensagem do dia dos pais, e eu tenho uma filha de dezessete anos, e Júlia me dizia que se sente segura quando está perto de mim. E eu gostaria que muitas vezes a gente passasse a refletir, os homens, que muitas vezes quando as coisas acontecem fora de casa, a gente busca no marido, no irmão, no esposo, no pai, a figura do refúgio. E quando essa figura não representa a segurança dentro de casa, como nós, da segurança pública, podemos representar isso? E eu fico com essa interrogação muito grande, Samara, dentro da minha mente. Então, é fundamental que a gente representativamente, hoje, estejamos a celebrar o Agosto Lilás, e que não seja o Agosto Lilás, que seja o ano lilás, porque precisamos efetivamente combater diariamente essa violência, que é tão presente. Todos os dias recebo o relatório, Subtenente Suéliton, de todas as ocorrências que acontecem na cidade. E me parte o coração, Lúcia, receber e ver que, diariamente, temos ocorrências marcadas por violências contra as mulheres. Diariamente em nosso município. E a gente fica a vislumbrar, amanhã ou depois, eu como pai de uma filha, eu não quero nem pensar nessa hipótese, de receber isso por parte de alguém que deveria proteger e, na verdade, machuca. Então, eu gostaria de encerrar as minhas palavras, para ser breve, Vereadora Tide, parabenizar pela tão importante iniciativa, parabenizar o Vereador Ítalo por ser a representatividade masculina nessa bancada, que é tão fundamental. E também por todas as iniciativas que vêm sendo tomadas aqui em nosso município, principalmente quanto a gente está ansioso pela Patrulha Maria da Penha. Então, dizer em nome da Polícia Militar, que estamos muito entusiasmados, que, logo mais, acreditamos que só por uma questão de agenda, estaremos a fazer a implantação da Patrulha Maria da Penha aqui. E dizer, meus queridos amigos e amiga, que a Patrulha Maria da Penha, a representatividade fardada é apenas um segmento, um pequeno braço de uma extensão de um corpo inteiro, que é formado por uma rede de psicólogos, de assistentes sociais, de advogados, de toda uma rede, realmente, de proteção que é fundamental nessa hora. Então, muito obrigado. E eu queria apenas encerrar invocando aqui, Provérbio 31, quando ele diz assim: 'Abre a tua boca em favor do mudo, em favor de todos os desamparados; abre a tua boca e julga com justiça e defende a causa do pobre e do necessitado'. Precisamos, sim, enquanto entes de segurança pública, abrir não somente a nossa boca na defesa da mulher, na defesa dos desamparados, mas, acima de tudo, agir com convicção, com firmeza e com atitude diante desse cenário que, muitas vezes, é necessário ser combatido. Um forte abraço a todos. Muito obrigado por tudo, e desculpe porque fui longo, porque também não tive tempo de ser breve. Um forte abraço a todos". A senhora Presidente disse: "Eu tinha acabado de parabenizar o nosso Vereador Ítalo por essa atitude. Nós somos dezessete vereadores nesta Casa, e



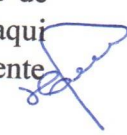
apenas o Vereador Ítalo, entre os onze homens, veio participar. Inclusive, também falava ao vereador, vou fazer uma mensagem no nosso grupo de vereadores, porque isso que o Coronel aqui falava, nós, mulheres, Samara, somos assim, insistentes, determinadas, é a nós que ferem. Mas os homens que estão aqui presentes, é um ato também de grandeza, em saber que vocês também vieram nos ouvir. Isso é sentir a dor do outro. E os homens desta Casa, que não vieram, vão receber a minha mensagem no grupo dos vereadores, assim que terminarmos". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra a **senhora Juliana Almeida** assistente social do CRAM: "Boa noite a todas as pessoas que aqui se fazem presentes. Gostaria de saudar a todos os vereadores e vereadoras, na pessoa da Presidenta desta Casa, Tide Eduardo. Gostaria também de saudar toda a sociedade civil, em nome da minha querida e eterna professora Leda. Saúdo também as demais autoridades públicas e aos demais aqui presentes. Como já falado, sou Juliana, atualmente estou como Assistente Social do Centro de Referência em Atendimento à mulher em situação de violência, um órgão que é vinculado à Secretaria da Mulher e Diversidade humana. E, queridos, para iniciar eu trouxe aqui um mapa da segurança pública de 2025, onde estima-se que, em média, quatro mulheres são assassinadas por dia; quatro mulheres que tem suas vidas ceifadas e, além disso, sonhos paralisados, muitas vezes pelo simples fato de serem mulheres. A gente entende que é um dado alarmante e, infelizmente, o nosso país continua registrando números absurdos de agressões contra mulheres. Mulheres que carregam consigo dor, mulheres que carregam consigo medo e, muitas vezes, o silêncio. E é justamente sobre o silêncio que eu queria chamar a sua atenção. Muitas mulheres permanecem caladas por diversos motivos, nós entendemos, seja pela dependência emocional, seja pela dependência financeira, seja por medo do julgamento da sociedade, seja também por medo de denunciar seus agressores, por conta de ameaça; seja por meio de vergonha, mas, principalmente, porque muitas delas ainda temem não serem acolhidas ou acreditadas. Isso é uma realidade, meus amigos e amigas. E, por isso que é fundamental que nós, enquanto sociedade, tenhamos uma postura de não-julgamento, mas, sim, de acolhimento, de escuta e de proteção àquela mulher. E aqui eu quero, de forma breve, destacar o papel das políticas públicas, que são fundamentais para que a mulher consiga se fortalecer e romper o ciclo da violência doméstica e familiar. Em Patos temos um grande avanço no que tange a política pública voltada à mulher. Nós temos o Centro de referência em atendimento à mulher em situação de violência. O CRAM, a gente entende que ele é muito mais que um espaço físico, o CRAM é um porto-seguro para muitas mulheres, onde as mulheres irão encontrar atendimento psicológico, como nossa secretária Jéssica falou; atendimento social, orientação jurídica, mas, acima de tudo, lá elas encontram a certeza de que não estão sozinhas. E temos um dado, que merece ser amplamente divulgado, todas as mulheres assistidas pelo CRAM do nosso município de Patos, nenhuma foi vítima de feminicídio. Então, a partir desses dados, isso só demonstrar que o CRAM é, de fato, uma política pública que funciona. E, para finalizar, eu gostaria nós possamos refletir e possamos lutar todos, juntos e juntas, para garantir a proteção da vítima e a responsabilização dos seus agressores. Porque a violência contra a mulher não é um problema apenas privado, é um problema social, é um problema de todos nós. E nós entendemos que enquanto uma mulher sofrer, nenhuma de nós estará verdadeiramente protegida. Muito obrigada". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra, a **senhora Rosângela Medeiros**, represando a UEPB: "Boa noite a todos e todas. Eu sou Rosângela Medeiros, como já anunciado, e venho aqui representar a Universidade Estadual da Paraíba, e também o projeto, que a gente tem, de extensão, de mulheres da computação. Então, fico muito honrada com este convite, e não só como acadêmica,



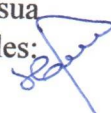
pesquisadora, como doutora, como docente de uma instituição pública, mais também como mulher. Eu fico até um pouco arrepiada, emocionada, e cumprimentar a presidenta desta Casa, com muito orgulho, e todas as pessoas que estão aqui presentes, autoridades, e registrar também a outra coordenadora do Curso, que me antecedeu, e a bolsista do nosso projeto de extensão. E dizer a toda sociedade patoense que a gente está não só fazendo ciência, mas a gente indo além, e buscando uma rede de apoio, porque ciência não faz só com pesquisa, mas faz com ação. Eu tenho um breve discurso, nunca tinha usado a tribuna desta Casa, então muito agradecida. E a gente está falando sobre Agosto Lilás, achei muito importante a fala de um representante da segurança pública, de dizer que a gente precisa de uma vida Lilás, de um ano Lilás, de todos os dias e de todas as relações serem pautadas pelo respeito, pela segurança, não só garantida pela autoridade, mas nas residências, na política, na ciência. E as violências podem ser inúmeras, como belamente falou aqui, a senhora Juliana. Mas eu venho falar de uma estrutural, que ela é velada. Muitas meninas, mulheres, não chegam na universidade, e quando chegam, evadem. Na área de computação, que é aonde eu represento, mas também se aplica a área de exatas, são formadas, em médias 20% (vinte por cento). Então, se ingressam cem, na verdade eu estou arredondando para mais, mais de dez a vinte por cento. Mais as mulheres são a maioria no universo humano, e isso é bem inquietante. E na computação, a gente tem buscado batalhar por isso, mas não só no Campus VII aqui de Patos, da Universidade Estadual da Paraíba. E no projeto 'mulheres da computação', a gente tem vivido transformações. Mas não é só pelo projeto, é pela força que existe na mulher, de gerar vida, de a possibilidade da criação, a partir da vontade de Deus. E a gente tem história, que o projeto foi criado por uma estudante, que sofreu assédio acadêmico, e isso mobilizou para gerar uma ação, a professora Janaína assumiu o projeto, depois eu estou continuando. E uma aluna também venceu um prêmio no nosso evento, e tem outras vitórias e possibilidades, que demonstram, sim, que se as mulheres tem questões na Universidade, não é por falta de competência. É falta de incentivo, é falta de apoio, é um comentário velado, é um grito em casa, ou outras situações desse jeito. Então, de fato, é um dia incrível, é um evento memorável. Eu estou muito feliz por estar aqui, e a gente precisa mesmo de ação pública, de políticas que incentivem mulheres e jovens nessa parceria entre Universidade e todos os setores que a gente puder contribuir para a gente viver um universo livre de discriminação e preconceito, porque não é só informar e proteger, mas é preciso empoderar. Uma palavra que está tão nem moda, mas que, na prática, fica solta, sem uma ação coletiva. A tecnologia pode, e ela deve ser alinhada. A gente tem uma pesquisa sobre internet e violência contra a mulher, que, depois, a gente pode conversar, foi feita por uma aluna, Ludmilla. E que esse Agosto Lilás seja um convite pra gente ampliar a presença feminina não só na ciência, na inovação, e em todos os espaços, porque mulheres na tecnologia não são exceção, são parte essencial da transformação, que nossa cidade, nosso estado, nosso país precisa. É isso, contamos e estamos aqui dispostos também a fazer parceria. Obrigada". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra a **senhora Samara Oliveira**: "Boa noite a todos, todes e todas. Todas com muita força, Agosto Lilás, fiquei até emocionada com as palmas. Quero, primeiramente, agradecer a Presidente, por mais uma vez abrir a Casa e nos receber aqui. Cumprimento a Mesa, através da Presidente, na qual tenho muita honra em dizer que nosso Legislativo é uma presidenta. Eu sempre digo isso nas cidades que vou, onde estou, é muita honra, Tide. Parabenizar o vereador por estar aqui. Eu tenho tantos amigos na plenária, Felipe, Socorro, Gerlânia, a vice-presidente, Samir, Geruza, o amor da minha vida, ela foi embora, e Pablo, o esposo de doutora Daniela, que está aqui



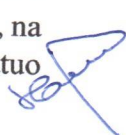
presente também. Dizer que é uma honra mais uma vez estar aqui. Mas é sempre muito sofrido porque a gente vive, às vezes, muito de mídia, Tide. Hoje é um dia, que eu dizia a uma amiga, que eu não estava bem emocionalmente, porque a gente que luta, Coronel Esaú, todos os dias, que está nesta luta, nós sofremos, nós somos estereotipadas todos os dias, e eu estou de verdade, cansada, e os que estão perto de mim sabem disso. Tem dias que eu acordo e digo: vou deixar o Conselho, porque eu não aguento mais. Eu não quero cargo de ninguém, eu não quero ser vereadora, não penso, não que não seja um demérito, que eu não mereça, ou que eu talvez possa ser um dia, mas hoje não é o meu. Eu sou advogada, eu sou presidente do Conselho, eu amo representar essas mulheres. E quando eu vou na casa de uma mulher, porque eu vou na casa de uma mulher, no sábado, no domingo, eu não vou sozinha, vou com muitas conselheiras, muitas vezes, e quando saio de lá, que eu vejo uma mãe chorando porque perdeu uma filha, ou porque a criança que ficou, ela não sabe o que dizer, então ninguém sabe a dor que a gente sente. Então é muito fácil estereotipar Samara, é muito fácil estereotipar um Conselho de Mulher, é muito fácil falar o que não se senti, o que não se conhece, porque é fácil tirar foto e fazer marketing, em Agosto. É fácil tirar foto, e dizer que fez o Agosto Lilás, é fácil. Isso nós vemos no Estado inteiro, no país inteiro, isso não é uma realidade de Patos, isso é uma realidade do nosso país, porque enquanto as políticas públicas das mulheres não forem cofinanciadas, assim como a política do SUAS, assim como a política da saúde, nós somos temos marketing, sabe por quê? Porque passa aqui, na LOAs, desta Casa, verbas para a Secretaria de Mulheres, que nunca é usada. Por que não pode ser usada, o que de fato acontece? O que eu digo, as mulheres quando eu chegar na casa delas, quando eu tiver que pegá-las para tirar documento? Porque o homem queimou o documento dela. E eu preciso muitas vezes colocar em risco a minha vida, ou das mulheres que forem comigo, preciso levá-las para tirar documentos, eu digo o que a elas? Que nós não temos políticas públicas aqui no nosso município? Não! O que eu posso dizer é que eu vou lutar. Então, quando vocês virem o Conselho lutando, falando, com ação, tenham certeza que ali não é marketing, não. O Conselho é formado por 16 (dezesseis) mulheres, mas hoje nós temos quase setenta mulheres que estão em um grupo querendo contribuir. Quando nós assumimos o Conselho, e retornamos ainda com o Prefeito Ivanês, na secretaria, Jonalva, a qual eu deixo meu abraço, uma das melhores secretárias que eu pude presenciar, enquanto presidente do Conselho, quando nós assumíamos, era difícil até ter reunião, porque éramos cinco mulheres, tivemos que mudar o Regimento para poder ter quórum. Hoje, nossas salas de reunião, chegam a ser vinte, trinta mulheres, que querem contribuir, que querem participar. Então, por mais que queiram apagar a Samara presidente, porque querem, mais o Conselho não vai apagar, porque nossas mulheres não vão deixar. É uma dor muito grande ter que dizer que querem apagar, mas é a realidade que nós sofremos todos os dias. E precisamos dessa construção coletiva, não porque nós queremos o local de ninguém, nós não queremos. Nós queremos construir. Tem quase setenta mulheres gritando, e dizendo: 'eu quero construir, vamos construir'. A gente precisa fazer. Vejam a casa de apoio às crianças, no São João, foram mulheres voluntárias, que abdicaram do seu tempo, e foram lá coordenar aquela casa, todas as noites; mulheres invisíveis, que muitas vezes nós não sabemos nem quem são. Nós temos no Conselho um núcleo jurídico, que foi criado para apoiar mulheres em vulnerabilidade social, que não tem condições financeiras de arcar com o apoio jurídico. E nós temos treze advogadas, que dispuseram do seu tempo, do seu nome, abriram seus escritórios e atendem mulheres vítimas de violência, quase todos os dias. Eu peço a uma, e peço a outra, e elas atendem. Está aqui doutora Gerlane, que é uma grande guerreira ao meu lado, advogando gratuitamente



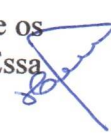
comigo. Eu me pego pensando com a Lei Maria da Penha, é tão linda, é tão maravilhosa, é tão lilás, mas a efetividade dela como está? Essas famílias quando perdem a sua mãe? Nós temos casos aqui de crianças que estão desamparadas ainda, que sequer tiveram tratamento psicológico; elas não têm tratamento psicológico, elas perderam a mãe. O assassino matou na da criança, e essa criança estar ainda sem atendimento psicológico. Então é muito bom, quando a gente estereotipa as pessoas, fala das pessoas, critica o que não se conhece, porque eu sinto a dor do outro, as conselheiras que estão aqui presentes, sentem comigo, porque muitas reuniões nossa, só nós sabemos o que nós passamos. O dinheiro que a gente arrecada muitas vezes para fazer ações, que sequer tem o apoio de qualquer poder, Presidente. Mas eu quero aqui também exaltar a Vereadora Nadir, que tem sido uma grande companheira no Conselho, porque ela não tem sido só uma conselheira, ela é uma vereadora conselheira, e isso tem feito a diferença junto ao conselho. Desde que Nadir entrou no Conselho, nós tivemos muitas ações apoiadas por ela, anonimamente. Eu estou dizendo aqui sem autorização dela, inclusive, mas é uma mulher que, todos os dias, tem apoiado o Conselho. Nós precisamos nos unir. Quando Nadir falava, e eu atentamente escutava, a unidade, precisamos, Tide, que realmente funcione o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que realmente funcione, porque o acesso à justiça. Inclusive, a mulher é muito difícil, porque nós temos aqui uma delegacia da mulher, que sequer sente a dor da mulher. É difícil dizer isso e ter que ouvir isso, mas essa é a realidade de Patos, essa é a realidade de todas as comunidades que nós fomos em conferência livre, nós já tivemos doze conferências livres, falamos com cerca de seiscentas mulheres, em levantamento dessas conferências livres, e ainda faltam três, porque Patos está em primeiro lugar, no Ministério das Mulheres, com conferências livres, graças a sociedade civil organizada e ao Conselho da Mulher. E quando nós vamos e perguntamos, o sofrimento é um só, as vítimas têm medo. As vítimas, hoje, não têm medo só do seu agressor, a vítima, hoje, tem medo até de denunciar dentro da delegacia, porque nós acompanhamos casos em que a vítima é tratada de forma indiferente, é colocada em xeque sua palavra. Um local que é para acolhê-la, um local que é para ouvi-la. Quem vai julgar o que é certo ou o que é errado é no Poder Judiciário e as provas que vierem. Lá não é esse local. Então, antes de achar a beleza, Coronel, no Agosto Lilás, a gente precisa, quando bem disse o senhor, quando terminou sua fala, no versículo bíblico, ouvir realmente a dor do outro, sentir a dor do outro, para que a gente não esteja aqui, como estávamos aqui ano passado, estamos aqui de novo, e vamos vim quantas vezes a senhora convidar, Presidente, para que, mais uma vez, não tenhamos mais mulheres mortas. Ano passado foram três, que hoje são números essas mulheres. Nós vamos ter um ato agora, dia vinte e oito de agosto, na frente do Fórum, já fica aqui nosso convite, o Conselho Municipal, juntamente com a OAB, através da doutora Daniele Lucena, Nadir, Vereadora, também, nós estamos articulando um ato na frente do Fórum Miguel Satyro, todo mundo de preto, 'Patos contra o feminicídio'. Isso foi um pedido de socorro, Tide, das famílias das vítimas. Vamos ter entre nós, famílias de vítimas que perderam suas mulheres, que perderam suas mães, que perderam seus filhos. Tem um casal que a gente acompanha, enquanto núcleo, ele tem setenta e nove anos, e ela, oitenta e um, e, semana passada, eu fui lá, falar com eles, porque eles ficam perguntando do processo, porque está demorando, e eu falava com eles dois, e falar com eles, explicar sobre o processo é difícil, como é que uma pessoa de setenta e nove anos, com pouca instrução, outro de oitenta e um, ia conseguir entender que aquele prazo legal que estava correndo, inclusive, era bom para ele, para que o processo corresse de forma legal, e que ele pudesse cumprir a sua pena de forma legal. Mas eles diziam: 'doutora, eu só quero paz'. E eu olhava para eles:



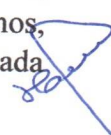
mas eu não podia dar paz a eles, naquele momento. E é sobre isso, eu não consigo dar paz. Mas eu consigo visitá-los, eu consigo falar com eles, eu consigo acolhê-los. E eu peço a vocês que estão aqui, alunos da UEPB, da professora Daniela, que vieram e estão aqui escutando, aos policiais aqui presentes, que atendem ocorrências todos os dias de violência doméstica, que, primeiro ponto, para os policiais, que eu me recordo agora, não atendam as ocorrências e resolvam na rua, levem à delegacia, porque isso também tem sido a reclamação de algumas mulheres. Sei que têm muitos policiais militares e, graças a polícia militar, que está sendo forte combatível nas ruas, junto com a rede de proteção, tem levado essas mulheres à delegacia. E se lá essas mulheres não encontrarem atendimento, que levem ao Ministério Público, mas que não larguem essas mulheres na rua, ou que não incentivem a não fazer a denúncia. Nós precisamos tirar a venda dos olhos. Ontem, nós recebíamos a coordenadora geral da delegacia das mulheres aqui da Paraíba, doutora Cileide, e eu dizia: doutora, nós precisamos de humanidade dentro da delegacia da mulher. Quando nós tivermos, nós seremos uma grande cidade combativa. E ela perguntava: 'e a rede de proteção funciona?'. Eu disse: funciona, doutora. A polícia militar é combativa na rua, a polícia militar tem feito o trabalho dela; o CREAS tem feito o trabalho dela; o CRAN é um excelente mecanismo de proteção das mulheres, com essas guerreiras que lá estão, todos os dias, porque eu acompanho, nós encaminhamos. Mas nós precisamos também que toda a rede funcione, porque quando a mulher morre, Coronel, a rede está furada. Quando uma mulher apanha e está num hospital, entre a vida e a morte, a rede está furada, e nós precisamos descobrir aonde é esse furo. Nós até sabemos, mas nós precisamos estar prontos para resolver o furo. Eu não vou me alongar, porque a política da mulher eu falo muito, e, hoje, como falei, não estou num dia emocionalmente bom, devido a essa visita que fiz. Faz uns dois dias que não estou bem, com esse caso que estou, mas dizer que mais que Agosto Lilás, sejamos sempre lutadores das mulheres, estejamos sempre prontos para acolhê-las, como disse bem Juliana, porque de nada adianta marketings, do governo do estado, do município, de nada adianta, se a gente não usa de verdade a política pública para as mulheres. Então, eu agradeço, Presidente. E vou lhe cobrar para não passar batido, porque toda vez eu lhe cobrar a comissão de fiscalização das leis desta Casa, porque esta Casa produz muitas leis de proteção às mulheres. Inclusive, nós temos leis, em Patos, a nível nacional, nós só estamos precisando da comissão. Eu agradeço a todos. E boa noite". A senhora Presidente disse: "Queremos registrar a presença da nossa querida professora Graça, que tem um trabalho brilhante no PROCON à frente da educação". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra **Dra. Daniele Lucena**: "Minha saudação a Excelentíssima senhora Presidenta desta Casa, a Vereadora Tide Eduardo, em nome da qual eu saúdo todos os vereadores aqui presentes. Meus cumprimentos aos demais representantes do poder público, organizações da sociedade civil, de maneira especial as pessoas que desenvolvem ações nos direitos das mulheres; aos meus queridos alunos e alunas da UEPB, que atenderam o convite para estar aqui hoje. Eu deveria estar em sala de aula, nesta noite, e reunir esse grupo de alunos para trazer a esta Casa. Nós muito falaremos ao longo do semestre sobre a atividade legislativa. Então, nada melhor do que trazê-los a esse espaço para essa quase aula de campo. Cumprimento ainda todas as autoridades, convidados e convidadas e, claro, todos que nos acompanham através da comissão desta Audiência Pública. Eu sempre falo, e falarei hoje, de um lugar de quem age efetivamente em favor das mulheres. Eu sou advogada há catorze anos, e atuo no âmbito do exercício da advocacia com foco central nas mulheres, atuo preponderantemente na área de direito das famílias e, também, na área empresarial. Então, na área relacionada ao direito das famílias, eu atuo



exclusivamente para mulheres, não advogado para homens contra mulheres em Varas de família. E esse posicionamento tem uma relação de vivência de ordem pessoal. No passado, eu já vivi um divórcio. E nesse divórcio, eu vivi a violência doméstica e familiar nas modalidades patrimonial e psicológica, e também vivi a violência institucional, ou seja, aquela que o poder público nos imprime, a partir do judiciário, quando nós mulheres procuramos reparação no âmbito da justiça. Eu desenvolvo, além dessa atividade de advocacia, o magistério, e coordeno campanhas de conscientização, palestras, minicursos, workshops, clubes do livro, mentorias, desenvolvimento de projetos sociais, elaboração de Projetos de Lei em perspectiva de gênero, enfim, falo deste lugar de quem conhece as dificuldades e vivências das mulheres em múltiplos âmbitos. Em agosto de dois mil e vinte e dois, senhoras e senhores, eu estive nesta Casa Legislativa, e fiz uso desta tribuna, numa Audiência Pública relacionada ao Agosto Lilás. E nessa oportunidade, eu fiz um questionamento na abertura dessa fala, o que ficaria, à época daquela Audiência Pública: 'qual era o fruto dessa Audiência?'. Discutir a violência doméstica familiar contra a mulher é muito relevante, mas o que é que fica dessa discussão? E eu tenho esse arquivo de ponderações, que eu fiz a três anos atrás, nesta Casa, e resgatei esse arquivo, quando recebi de Samara o convite para estar aqui na noite de hoje. E eu constato, com tristeza, o que eu vou fazer hoje, eu vou usar um termo bem popular, um repeteco do mesmo discurso, da mesma abordagem que fiz a três anos atrás. Naquela ocasião, nós falávamos de inefetividade ou inexistência de políticas públicas para as mulheres. E hoje, infelizmente, nós vamos falar sobre esse mesmo tema. Nós trouxemos à época, alguns questionamentos baseados num levantamento que fizemos da legislação municipal em torno das mulheres. A Câmara Municipal de Patos tem muitas leis em perspectivas de gênero. Explicando o significado desse termo, uma legislação em perspectiva de gênero é um instrumento importante para minimizar ou, de fato, excluir as desigualdades que as questões de gênero impõem às mulheres. Samara falava há pouco, que nós temos pioneirismo nessa atividade legislativa. Existe uma lei, de autoria da Vereadora Nadigerlane Rodrigues, que é uma legislação voltada ao combate à violência obstétrica, e essa lei chega ao município de Patos antes mesmo de termos uma regulamentação legal no Brasil. Embora, infelizmente, essa lei não encontre ainda efetividade, ou seja, a aplicação prática. Nesse contexto, lá em dois mil e vinte e dois, eu fiz alguns questionamentos com base nesse levantamento. Esse levantamento foi feito no site da Câmara, procurando pelas seguintes palavras chaves: 'mulher, mulheres, empoderamento feminino, Lei Maria da Penha', também. À época, eu trouxe os questionamentos acerca de que ações são desenvolvidas no programa municipal de empoderamento da mulher na política, que ações são desenvolvidas no programa mulher viver sem violência? É realizado, com a constância determinada em lei, o treinamento dos profissionais de saúde que atuam nos casos de violência sexual? É feito um acompanhamento psicossocial à mãe e crianças vítimas de violências nas creches municipais? Há pouco Samara falava da falta desse acompanhamento para as famílias de vítimas de feminicídio. Então, senhoras e senhores, esses questionamentos partem de três leis, de dois e dezesseis, nós estamos apenas para lembrar em dois mil e vinte e cinco. E eu vou trazer um destaque especial a uma legislação, a 4.730/2016, que dispõe sobre o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha, no âmbito das escolas na cidade de Patos, e dá outras providências. Essa legislação determina que esse conteúdo que nos foi exposto há pouco pela secretária Jéssica, integre no currículo dessas crianças as atividades que desenvolvem não apenas em março, não apenas em agosto ou novembro, nos dezesseis dias de ativismos, onde os olhares da sociedade estão voltados para o poder públicos, mas durante todo o ano. Essa




legislação, senhoras e senhores, é de dois mil e dezesseis, e não é cumprida ainda. No âmbito da instituição da campanha Agosto Lilás, por uma lei municipal, determina-se a capacitação, formação e aperfeiçoamento para os profissionais dos serviços que atendem mulheres vítimas de violência, integrantes da rede de atenção às mulheres. Se essas capacitações vêm sendo exercidas, a sociedade civil não tem conhecimento. Na Audiência Pública de dois mil e vinte e dois, eu sugeri a criação de um observatório para avaliar as políticas públicas para as mulheres desenvolvidas aqui no município de Patos, para entender se havia uma associação entre a legislação e a educação e as políticas públicas como primícias para uma mudança cultural. Ao final daquela Audiência Pública, lá de dois mil e vinte e dois, foi criada a Comissão de Mulheres Tâmara Lenina, em homenagem a Delegada da Mulher que atuou no município de Patos, e era formada por vereadoras, por representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral. Eu fui nomeada relatora desta comissão, mas eu vos digo que a criação dessa comissão nunca foi formalizada, e não foi por inércia do Poder Legislativo e do Executivo. Então ficou de ser expedida, não é mesmo Samara, Josa estava aqui conosco, uma Portaria para formalizar esse início das atividades. Essa Portaria nunca foi expedida. E nós teríamos uma reunião com o Prefeito para expor os reclames que expusemos em dois mil e vinte e dois, estamos expondo agora novamente. E o Prefeito nunca nos retornou os muitos contatos que foram feitos para marcar esta reunião. Mesmo na informalidade, algumas mulheres e homens também participaram de algumas ações, entre elas, nós tivemos com a coordenadora da DEAMs, neste momento estava conosco, e aí fazendo justiça, a Vereadora Nadigerlane Rodrigues e o Vereador Rafael Dantas. E nesse contexto, nós solicitamos uma equipe multidisciplinar para a DEAM, nós pedimos a mudança do prédio da DEAM para o centro da cidade, possibilidade de doação do terreno pela Prefeitura Municipal Patos para a construção da sede, divulgação de relatório mensal de atendimento, por parte da Delegacia da Mulher, e nomeação de uma Delegada para as devidas substituições da Titular, para que as substituições não sejam feitas pela Delegacia Civil, por um Delegado homem, e não uma Delegada mulher. Essa comissão nunca foi formalizada. Houve esse comprometimento público, na Audiência, mas não houve formalização, na sequência. Eu fiz hoje uma outra busca, no site da Câmara, sobre legislações mais atualizadas no âmbito da mulher, e descobri que existe uma comissão específica na Câmara, que foi instituída a partir da Lei 6.225/2025, de março deste ano, que é destinada, entre outras questões, a fiscalizar e acompanhar os programas que visem a promoção da mulher e da equidade de gênero, elaborar estudos e propor medidas legislativas e receber denúncias e sugestões da sociedade civil, mantendo um diálogo constante. Então, Samara, há pouco, cobrava a implementação, salvo engano, foi isso dessa comissão, não sei realmente se essa comissão já foi devidamente criada. Eu procurei informações no site da Câmara, não localizei, mas eu deixo aqui, como deixei em dois mil e vinte e dois, alguns questionamentos para serem respondidos por esta Casa, por esta comissão. A Câmara tem um registro das leis, que tem por fulcro, estabelecimento ou garantia de direito para as mulheres? A Câmara tem estudos de efetividade dessa legislação? Qual é a temática mais debatida? Há uma orientação institucional de incentivo a elaboração de mais propostas de Projetos de Lei que considerem a especificidade do ser mulher? Há um apoio técnico especializado nos estudos de gênero e na vivência prática dessas questões, para garantir uma legislação de base sólida, condizentes com a realidade e, portanto, efetiva? As mulheres são ouvidas no processo legislativo? E se são ouvidas, quais mulheres efetivamente têm voz aqui nesta Casa? Somente nós que aqui estamos, mulheres, em sua maioria, branca, heterossexual, escolarizada, posicionada

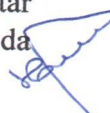


profissionalmente com acesso a emprego e renda, ou também são ouvidas mulheres negras, habitantes das comunidades mais pobres da cidade, mãe solo, mulheres da comunidade LGBTQIAPN+, mulheres da zona rural, mulheres de terreiro são ouvidas nesse processo legislativo? As vítimas de feminicídio são ouvidas? Se não, precisam ser. Os desdobramentos da perda de alguém para o feminicídio são violências. E essas violências se perpetuam no tempo. Qual é o perfil, por exemplo, das mulheres atendidas pela secretaria? Algumas informações foram trazidas aqui, mas esses dados não são disponibilizados. Foi trazido uma referência que existe um perfil carinhoso dos agressores, que a violência psicológica está associada a todos os atendimentos, mas isso é uma questão de ordem genérica, não é uma realidade unicamente de Patos. Então, ao lado de violência física, moral, sexual e de violência patrimonial, existe a violência psicológica, que é a base de todas elas. As mulheres assistidas pelo CRAM não vítimas de feminicídio, foi trazido esse dado aqui, que importantíssimo, inclusive, mas a gente não encontra, quando faz buscas no site da Prefeitura ou informações correlatas a partir do Google, por exemplo. Houve uma reunião, em vinte e dois de janeiro deste ano, para discutir um plano de políticas públicas para as mulheres do município de Patos. Nesta reunião, muitos representantes da sociedade civil organizada, Samara estava nessa reunião, Josa, Tiago, entre tantos outros representantes, sugeriram inúmeras ações, inúmeras questões que precisavam ser discutidas nesse plano, e ficou definido o seguinte: que nós teríamos um prazo para enviar essas solicitações por e-mail, e na sequência seria marcada uma reunião com o Prefeito. Reunião, que ao que me consta, nunca foi marcada. Então, vejam que existe sempre um problema dentro dessa marcação de reunião, é prometida e não efetivada. Então, esse plano, ele também não é localizado em buscas no site. Se ele já existe, não é do nosso conhecimento. É do conhecimento do Conselho, Samara? Também não! Então, vejam, a transparência, todos nós aqui sabemos, e eu me refiro mais especificamente aos vereadores, aqueles que têm formação, referências na área jurídica, que é uma forma de controle social; sem essa transparência nós não sabemos se a legislação vem sendo cumprida, se a política pública é efetiva, enfim. É importante que a gente destaque também que há muitas ações, por exemplo, por parte da secretaria, e essas ações estão relacionadas ao combate da violência contra a mulher, no sentido de orientação. Essas ações são por demais relevantes, essa observação não visa aqui trazer um demérito, mas a gente não pode parar só nisso. Até a secretária dizia há pouco que a política para a mulher no município de Patos é transversal, e tem que ser de fato. Nós precisamos de uma política pública que considere a totalidade dos aspectos que afetam a vida das mulheres, compreendendo a educação, profissionalização, incentivo à autonomia financeira, emprego e renda, empreendedorismo, saúde física e mental, segurança, assistência à maternidade e à primeira infância, sobretudo, das mães de crianças neurodivergentes. As políticas públicas para as mulheres precisam ser transversais. E para que tudo isso seja possível, é necessária uma atuação em rede. É necessário dentro do poder público, seja do Legislativo, seja do Executivo, a presença de pessoas capacitadas, com formação específica em torno das questões de gênero; pessoas com sensibilidade para agir, pessoas que não sejam impedidas, em sua ação, por atos muitas vezes que poderíamos aqui resumir simplesmente em 'politicagem'. Então, eu pude assistir a abertura dos trabalhos do Agosto Lilás, que ocorreu aqui, no último dia sete de agosto, e foi dito que cada mulher tem o direito de viver sem medo, e cada mulher precisa ter a sua dignidade reconhecida. E aí eu pergunto as senhoras e o senhor Vereador Ítalo, fazendo aqui o registro da importância da sua presença, mas, infelizmente, a gente se refere a um vereador homem, no singular, e essa não é a primeira vez que isto acontece, na última,

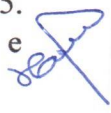
que tanto me refiro aqui na Audiência Pública de dois mil e vinte e dois, os vereadores homens, em sua maioria, também não estavam presentes; e são representantes do povo. A que povo os vereadores homens desta Casa, que hoje estão ausentes, representam? A que parcela da população? Então, seguindo, eu pergunto: quais são as ações práticas que cabem ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo para tornar possível que mulheres vivam sem medo, que mulheres tenham sua dignidade reconhecida? Nesse momento, no dia sete, aqui nesta Casa, foi dito que abraçava a causa vestindo a casa do povo de lilás. 'Vestiram' o Fórum de lilás, ontem, e o Fórum é o lugar onde por vezes a morosidade dos julgamentos agrava as situações de violência, agrava a vulnerabilidade das mulheres. Então, melhor do que pintar ou iluminar o Fórum de lilás, seria realmente um levante específico para que esses processos de violência domésticas e familiar tenham uma posição do Poder Judiciário, no sentido efetivo de decisões. O lilás de agosto, senhoras e senhores, é apenas um símbolo. E um símbolo é algo que torna representativo um comportamento ou uma atividade. Representativo é algo que mostra, de forma clara aquilo que é. Se não há ação efetiva para proteger mulheres e para propiciar o desenvolvimento de todas, nos muitos aspectos aqui já citados, não há iluminação sobre a vida dessas mulheres. Se Vossas Excelências e todos nós nos comprometermos verdadeiramente com isso, nós podemos dispensar o lilás dos laços e das luzes que vêm iluminando os prédios públicos. Eu vou encerrar a minha participação, nesta noite, tornando a perguntar da mesma forma que fiz a três anos atrás, para que a reflexão se faça possível: o que ficará desta noite? Quais são os frutos desta Audiência Pública, mas os frutos que surgiram após essa câmera ser desligada? O que fica da noite de hoje? Pela atenção dispensada por todos, fico muito grata". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra Dra. Leticia Soares: "Boa noite a todos. Primeiramente quero cumprimentar a Mesa, estender os meus cumprimentos a toda sociedade civil presente e as autoridades. Fico muito grata pelo convite, mas não fico feliz, como mulher, por ter que discutir a violência. Na verdade, eu queria que não existisse, mas atualmente seria uma utopia. Eu começo falando da importância que é o Agosto Lilás, um tema tão necessário e urgente que nos chama para essa conscientização sobre a violência contra a mulher, que mesmo com lei, muito amparo, todos os dias aumenta. Eu me questiono, o que está faltando? Em momentos de conversas com mulheres, na panfletagem, quando a gente entregou esses panfletos, eu questionei uma mulher: o que é violência doméstica? Ela falou: 'É quando o homem bate na mulher'. E eu falei: violência não é apenas quando chega na física, a violência começa quando o homem grita com você, humilha. Então, assim, é um ciclo que sempre começa com a violência psicológica, e quando chega na física, a mulher está tão debilitada, tão acreditada que ela merece aquela agressão, que muitas vezes não tem força de denunciar. E quando tem força, o que ela recebe da sociedade? Julgamento, questionamento, o que ela fez para merecer tal agressão? Recentemente, veio à tona o caso dos sessenta e um socos que o agressor deu na vítima, e o que ele usou de justificativa foi: 'Eu tive um surto'. Então, a mulher é vítima duas vezes, uma, quando ela é agredida, e duas, quando a essa inversão, de botar vítima o homem: 'Ah ele teve um momento de crise e por isso que bater na mulher'. Não há justificativa para violência. É um convite: que todas nós lutemos a favor das mulheres e, principalmente, os homens. Quando você ver um homem, amigo, colega, gritando com a sua mulher, não é para se omitir, é para corrigir, é para chamar a atenção. Muito obrigada". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra a Vereadora Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega: "Senhora Presidente, autoridades presentes, colegas vereadores, e aqui já quero parabenizar pela propositura desta Audiência tão importante.



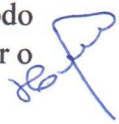
Quando recebi o convite, eu já sabia que não poderia deixar de vir até aqui, conversar, debater e aprender um pouco, principalmente com essas grandes mulheres que estão aqui, como a secretária Jéssica, a nossa querida Samara, Juliana, Daniele Lucena, professora Rosângela, Josa, Letícia. Samara, a sua fala me tocou bastante. Eu já fui advogada do CREAS, foi minha primeira atuação enquanto advogada. Logo que recebi minha OAB, eu fui trabalhar no CREAS de Ibiara, e me deparava com várias situações, e me encontrava, às vezes, até sem saber como agir, sem ver uma solução para aquilo. E a sensação era de que estava enxugando gelo. Mas com o pouco que a gente tinha naquele momento, com trabalho em rede, com ajuda das assistentes sociais, das psicólogas, a gente ia fazendo nossa parte. Um trabalho de formiguinha, que quando eu chegava no outro atendimento, a gente já via uma fala positiva daquelas mulheres que a gente atendia. Eu também fiz parte da comissão de combate à Violência e Impunidade da OAB, fiz parte da vários movimentos, e também me deparei com várias situações parecidas, em que pessoas pegavam a causa em proveito próprio, para aparecer, utilizar da causa pra fazer mídias. E eu ficava imaginando e refletia que a violência começava ali naqueles espaços, quando, por motivo besta, uma mulher puxava o tapete de outra. Eu já recebi ligação de dizer assim: 'olha, não vai pra uma palestra por causa de tal motivo'. Uma coisa pequena, uma coisa pessoal. E aí eu começava a refletir e dizia: será que realmente aqui é uma luta em favor das mulheres ou é algo pra se promover? E eu sofri na pele isso, eu acho que por isso que hoje eu tenho outras visões. E neste dia de hoje, eu quero parabenizar você, pelo trabalho voluntário que você vem fazendo no município de Patos, porque não é fácil. É uma causa muito complexa, que requer muita cautela. Nós estamos lidando com situações que envolvem, na maioria das vezes, o agressor é a pessoa que aquela a mulher tem história, que tem sentimento, é o amor da vida dela. Então é necessária muita prudência. E eu admiro demais todas vocês que agem nesse voluntariado. A violência contra a mulher não é apenas uma questão familiar ou individual, é um problema social, cultural e estrutural, que viola Direitos Humanos e compromete o futuro das nossas comunidades. E quando falamos de violência, não nos referimos apenas a agressão física, existe também a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial. Todas igualmente graves e que ferem profundamente a dignidade e os direitos humanos. Muitas vezes, essa violência ela se perpetua pelo silêncio, pelo medo e pela falta de apoio adequado. A violência que não é física, ela machuca mais do que se levasse uma surra. Ano passado, e aqui eu quero até fazer relato, no tempo da campanha, a gente via as propagandas dos incentivos às mulheres a se candidatarem, a participarem da política, e a gente via principalmente os homens, nas telas dos Instagram, induzindo as mulheres a serem candidatas. Mas quando uma mulher realmente quis ser candidata pra exercer seu lugar de fala e representatividade, ela recebe boicote. Eu sofri na pele isso. E até eu disse no agosto lilás do ano passado, eu falei que a gente está precisando agir mais do que falar, nem que seja com pequenas atitudes, mais um trabalho de formiguinha, que faz a diferença na vida das pessoas. Então, gente, que saíamos daqui mais firmes, mais dispostas a lutar, uma luta consciente, não só no agosto lilás, como a professora Daniele disse aqui, mas todos o ano, fora dessa tribuna, fora dos nossos gabinetes, mas nas ruas. Quando a gente se deparar com uma situação de uma mulher que está enfrentando violência doméstica, sem ninguém precisar saber, a gente chegar e oferecer ajuda, de uma maneira silenciosa, sabendo ouvir, aceitar. Muitas vezes, elas não vão querer denunciar, mas a gente tem que oferecer o nosso apoio, a nossa mão amiga. E que todos aqui, eu gosto muito daquela música, e eu tinha pedido pra Ademar procurar pra gente prestar atenção na letra, que é a 'Maria, Maria', de Milton Nascimento, que fala da força da




mulher, da garra, da fé. Então, que esta noite nós saíamos daqui mais Marias, de Milton Nascimento, viu, Ítalo. E aqui quero deixar mais uma vez, os parabéns por você está aqui, porque a gente passou a semana divulgando, e só você veio, realmente demonstrando o compromisso com a causa. Ademar passe a música". Execução do áudio com a música Maria, Maria, de Milton Nascimento: "Maria, Maria é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta. Uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer no planeta. Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor, é a dose mais forte e lenta de uma gente que rir quando deve chorar e não vive, apenas aguenta. Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter graça sempre, quem tá no corpo é marca Maria, Maria, mistura a dor e alegria. Mas é preciso ter manhã, é preciso ter graça, é preciso ter sonho, sempre. Quem tem na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida." Após a música, a Vereadora Brenna Nóbrega disse: "E vocês não desanimem, e que a união faça a força numa causa tão nobre e tão importante. Nós não vamos só proteger as mulheres, nós vamos proteger famílias, vidas que importam. Meu muito obrigado a todos e a todas". O Cerimonialista fez a seguinte leitura: "PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. REQUERIMENTO Nº 484/2025 - SOLICITO UM VOTO DE APLAUSO A GUARNIÇÃO ÁGUIA 08 DO 3º ESQUADRÃO ROTAM, PELA AÇÃO RÁPIDA E EFICAZ QUE RESULTOU NA PRISÃO DO RESPONSÁVEL POR UM CRIME DE FEMINICÍDIO, NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2024, EM PATOS. Senhora Presidente, na forma regimental, consultando o plenário desta Casa de Trabalhos Legislativos, peço a Vossa Excelência enviar ofício a Guarnição Águia 08 do 3º Esquadrão ROTAM, Pela sua ação rápida na prisão do acusado de feminicídio, no dia 03 de dezembro de 2024, à vítima Edna Alves de Medeiros. Justificativa: A atuação exemplar dos policiais envolvidos demonstrou profissionalismo, dedicação e compromisso com a segurança pública, contribuindo para a Justiça e para proteção de nossa sociedade. Que este reconhecimento sirva de incentivo para todos os agentes de segurança que, diariamente, arriscam suas vidas em prol da ordem e do bem-estar da população. A Guarnição Águia nº 08 do 3º Esquadrão ROTAM foi acionada pelo CIOPE, para atender uma ocorrência de disparos de armas de fogo na localidade conhecida como Cabeça do Porco, no Bairro do Belo Horizonte em Patos. Rapidamente os policiais dirigiram-se ao local, onde, através do médico do SAMU, foi constatado o óbito de uma mulher de 30 anos idade, sendo ela Edna Alves de Medeiros, que foi atingida por disparo de arma de fogo na região da cabeça. Após informações coletadas, o ex-companheiro da vítima, Othon Yuri Fernandes de Lucena, de 27 anos foi identificado como o autor do crime. Durante a tentativa de fuga, o suspeito abandonou duas motocicletas e roubou outra, mas após o cerco policial, foi interceptado pela equipe do ROTAM, em uma estrada vicinal entre o Bairro da Vila Teimosa e a Comunidade Campo Comprido. Na abordagem, o suspeito confessou o crime, indicou o local onde havia escondido a arma usada, que foi encontrada nas pedreiras da Vila Teimosa. Em seguida, o feminicida e todo o material apreendido no crime, arma e motocicletas, foram conduzidos a Delegacia de Homicídios e Entorpecentes de Patos para as providências legais". Com a palavra, o 1º "Ad hoc" fez a seguinte leitura: "CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. Voto de Aplauso. A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS TEM A HONRA DE HOMENAGEAR a *Guarnição Águia 08 do 3º Esquadrão Rotam*, pela importância e fundamental colaboração dispensada à sociedade de Patos. Brenna Vitória L. Ferreira – VEREADOR(A)AUTOR(A). Valtide Paulino dos Santos – PRESIDENTE DA CÂMARA. DATA: 13 de março de 2025. Requerimento Nº 484/2025." As Vereadoras Brenna Nobrega, Maria de Fátima e



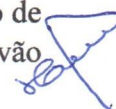
Marilucia de Lira, e o Tenente Coronel Esaú fizeram a entrega do Voto de Aplauso ao Sargento Marcelo Nunes da Rotam. Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra, o **sargento Marcelo Nunes**: “Boa Noite a todos. Sei que o pessoal está um pouco ansioso aí, já na expectativa, mas primeiro agradecer a minha amiga, a Vereadora Brenna, pela propositura. Tendo em vista, ela ter ficado sabendo da situação da prisão, de um crime que marcou, falou conosco, eu mandei o relatório pra ela e, de pronto, a Câmara aceitou. Gratidão. E isso aí mostra a valorização do policial nessa situação que é tão crítica, esse tipo de crime. Primeiramente, é com grande satisfação que participo, nesse momento, do Agosto Lilás, como já falaram sobre a lei, eu não vou me aprofundar, até porque não sou especialista. Nós somos uma tropa que trabalha em ocorrências mais complexas, da mobilidade urbana, ocorrência de tráfico, ocorrência de assassinato, outras ocorrências. Mas é comum também na nossa cidade esse tipo de crime, e quando chegou pra nós essa situação, não sabíamos do que se tratava. Não vou relatar novamente, tendo em vista que já foi relatado como se tratou a ocorrência, mas é muito triste chegar numa situação e ver uma jovem, ver a mãe lá, desesperada. E eu falei com o irmão da vítima, não sou médico, mas pela experiência, a gente sabe mais ou menos quando o corpo já está mais um corpo em estado de rigidez, enfim, não vou me alongar. E eu cheguei pra o irmão dela, eu falei: Na minha opinião, ela está morta, mas vamos esperar o médico do SAMU. Porém, Coronel, quando eu falei com o irmão, pelo conhecimento, que daqui a dois dias faço vinte anos da corporação, e o conhecimento da área, de possíveis acusados, foi primordial. O senhor também estava presente, e até elogiou. Quando o irmão da vítima falou o nome da pessoa, eu já conhecia, de outras situações, irmão. Então, era uma pessoa de alta periculosidade. Uma coisa muito importante, Comandante, que foi o monitoramento, foi primordial, que nos ajudou, Coronel Galvão, com a primeira característica da motocicleta, a primeira motocicleta já havia sido roubada, e nós começamos a fechar o cerco e pedir pra que uma viatura viesse fazer, apesar de ter chegado muito rápido. Pra quem não conhece, o ROTAM é uma tropa de motociclista, uma tropa de mobilidade e combate, porque a mobilidade urbana é impressionante. E foi lançada uma guarnição, e nós chegamos primeiro, uma situação normal, e eu pedi pra que a viatura viesse fazer o primeiro procedimento, isolamento local e aguardar o SAMU, porque eu já conhecia o acusado. E fui iluminado. Outra guarnição já de pronto, e eu já passei todas as características, já sabia até a casa da mãe dele, em uma área aqui da nossa cidade. Uma das nossas guarnições disse: ‘Ele abandonou uma moto e já roubou outra moto’. Inclusive, está presente aqui o Sargento Rodolfo, que estava no momento, localizou a segunda motocicleta, já passando mais características. A gente efetuou rondas nas proximidades da casa, pouco provável ir pra casa, mas nunca se sabe. E algumas viaturas também foram na casa, e eu pedi pra que Deus iluminasse, e assim foi, não foi fácil. Popularmente falando, uma prisão dessas, que você consegue prender um acusado de um feminicídio, um cara que arquiteta, que premedita, apesar de estar com os sintomas de uso de entorpecente, você conseguir realizar uma prisão dessas, é igual a um jogador fazer um gol na final de um campeonato. Minutos após, a gente disse: ‘a arma está apreendida e tal’. E a gente iniciou uma perseguição, visualizou uma pessoa que não tinha nada a ver, já na zona rural, voltando, por volta de meio dia, a gente que é sertanejo sabe como é, a gente que trabalha de moto, a gente é exposto. A gente costuma dizer, Coronel, quando a gente está na moto, patrulhando, a gente está trabalhando e quando a gente descansa está em pé. Então, é o seguinte, o sol era causticante, mas, Graças a Deus, a gente visualizou o acusado, e, de pronto, realizamos a prisão, e ele assumiu, de modo também que informou aonde estaria a arma de fogo. Já era bastante importante prender o



acusado, e ele assumindo, mas prender uma arma de fogo pra que fosse feito o confronto balístico, tudo isso, Samara participou da audiência, já tivemos a audiência, foi primordial. Então, dizer que nós policiais, homens principalmente, participamos de vários tipos de ocorrências, mas quando é uma ocorrência envolvendo mulheres nessa situação, e crianças, fica muito complicado. Você falou para os policiais não resolverem no local, hoje já é procedimento, acredito que são leis, a gente não resolve, mas, infelizmente, mas, anos atrás, a gente chegava, eu já fui testemunha, que você escutava o barulho, Samara, de uma possível discussão, batia na porta, chamava e simplesmente a mulher dizia que não estava acontecendo nada. Eu chegava, falava: 'vamos'. E ela: 'não vou'. E a gente não tinha esse poder de pegar ela, coercitivamente, e levar pra delegacia. Porém, hoje, já é de pronto, a gente tem que conversar, se a gente presenciar lesão e, principalmente, no caso que a gente estava escutando. Mas, infelizmente, na época era diferente. Acredito que isso já seja uma evolução, já é primordial, em uma ocorrência, quando a gente chega e se presenciar, ou se tiver testemunha, melhor ainda. Porém, não é fácil testemunha contra casais, não é fácil. Então dizer aqui o seguinte: a polícia militar combate sim; frisar aqui que, em número de avaliações positivas, a Polícia Militar da Paraíba é uma das melhores do Brasi. A nossa tropa sertaneja está aqui sempre a coibir o crime. E a minha tropa, a tropa que eu faço parte, que é o ROTAM, principalmente, a gente está sempre pra ajudar no que for preciso, mesmo sendo uma tropa onde a nossa modalidade, até o Coronel falou, em breve irá implantar a patrulha Maria da Penha. Então, isso vai melhorar bastante. Mas mesmo não sendo uma tropa específica pra essa modalidade, quando for necessário, for chamada e acionada, a gente vai, da mesma forma pra prender um assaltante, da mesma forma pra prender um homicida, no caso, um feminicida. No caso, como disse, a gente não sabia do que se tratava". Em aparte, a **Vereadora Brenna Nóbrega** disse: "Gostaria de mais uma vez parabenizar por essa belíssima ação, pelo comprometimento, não só com a sua farda, mas com toda população de Patos. Quero estender também os agradecimentos a todos os militares que estão aqui, Tenente Esaú. Quero pedir uma salva de palmas. Aline, que também está aqui nos representando, essa mulher guerreira, que está ao lado de Marcelo, também trabalhando na Segurança Pública. Então, você é motivo de muito orgulho para todas nós. E não tenho dúvidas, Marcelo, que você é uma pessoa que está para ajudar todas as mulheres de Patos. O meu muito obrigada, mais uma vez. E dizer que você seja sempre bem-vindo a esta Casa". O **sargento Marcelo Nunes** disse: "Eu que agradeço novamente, até porque também tive o privilégio de ser um filho adotivo de Patos, recebi o título de cidadão patoense. Então, pra mim, sempre será uma satisfação estar aqui. E pra encerrar, quero agradecer ao meu Comandante, o Comandante do ROTAM. O ROTAM é um regimento de operações táticas, com o apoio de motocicletas, sediado em João Pessoa, e nós temos quatro esquadrões: Patos, Sousa, Cajazeiras e Guarabira. O meu Comandante imediato é o Capitão Gilberto e o Capitão Ítalo, que hoje está como Comandante do nosso regimento. A todos uma boa noite". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador José Ítalo gomes Cândido**: "Senhora Presidente, Vereadora Tide Eduardo, senhora Vereadora Brenna Nóbrega, Vereadora Lúcia, Vereadora Fátima Bocão. Aqui eu quero cumprimentar e também deixar o nosso reconhecimento, enquanto colega parlamentar da Vereadora Nadir e da Vereadora Fofa, que, por motivo superior, não puderam estar presentes. Mas eu quero dizer a cidade de Patos que as mulheres desta cidade estão muito bem representadas, através da presença da mulher. Nós temos um parlamento que nós somos em dezessete, mas nós temos seis colegas mulheres aqui, que representam a mulher patoense, representa a mulher guerreira, que está aqui, todos os dias, essas colegas são




realmente muito presentes no parlamento, e a presidente Tide tem um trabalho excelente. Então, esta Audiência, Presidente, parabéns pela proposição, e eu fiz questão de estar aqui. Quero cumprimentar o comandante Esaú, cumprimentar o comandante Galvão, representante do Corpo de Bombeiro, cumprimentar Suéliton, comandante do Tiro de Guerra. Quero cumprimentar a secretária da mulher do nosso município, que aqui representa a gestão do Prefeito Nabor Wanderley, a senhora Jéssica, seja bem-vinda a esta Casa. Cumprimento Samara, que tão bem representa o Conselho da Mulher, a pastora Joana D'arc aqui, que chegou. Seja bem-vinda! Essa mulher guerreira, que também tem uma história com a luta em defesa e na proteção das mulheres. Gostaria de Saudar a senhora Lúcia Romão, que aqui representa as Amigas Viva a vida; a professora Daniele Lucena, advogada, representando também a OAB do nosso município. Quero cumprimentar a senhora Rosângela, que representa a UEPB, fez uma fala brilhante. Parabéns! E cumprimentar Josa, que representa aqui a pastoral e a Diocese. E a todos os presentes. Esta audiência importante, e se faz necessário, em virtude de toda problemática da violência contra as mulheres. E eu confesso aos senhores, que não ia fazer uso da palavra, eu vim auxiliar a Presidente, vim estar presente também, porque o momento é extremamente importante, mas a prioridade aqui era escutar as colegas, escutar vocês, porque nós, enquanto representantes do povo, precisamos ouvir quais são os anseios, quais são as queixas, quais são as dificuldades. E a fala da professora Daniele, parabéns pela sua fala, uma fala extremamente cirúrgica, muito bem colocada. E de fato, eu tive surpresa de ser o único vereador, não foi combinado. O convite foi feito aos outros colegas, mas acredito que eles estavam com compromissos, e não puderam chegar a esta Casa. Mas eu fiz questão de estar, porque, desde a minha chegada, e estou no segundo mandato no parlamento patoense, nós temos atuação, secretária Jéssica, nesta Casa, defendendo a mulher patoense. Todas as matérias que chegaram nesta Casa, e eu sou o autor de uma lei extremamente importante, que, inclusive, foi uma lei muito difícil de tramitar nesta Casa, a lei que garante a matrícula imediata, em qualquer tempo, do início ao fim do ano letivo, para as crianças, filhos e filhas de mulher vítimas de violência doméstica. Eu sou o autor desta lei, e me sinto orgulhoso porque essa lei foi arquivada, na Comissão de Constituição e Justiça, hoje eu tenho a honra de ser o relator da comissão, mas, em outrora, não era, eram outros colegas. E essa lei traz algumas exigências, e os colegas chegaram a arquivar essa lei, tentei desarquivar, porque precisa de todo um trâmite no plenário, não consegui, mas não desisti. Voltei com o Projeto, e hoje é lei, a mulher vítima de violência, a criança, se por ventura ela reside no Bairro São Sebastião, ela foi violentada lá, pelo o seu companheiro, precisou ser levada para o Bairro do Jatobá, por exemplo, lá ela vai ter a prioridade na matrícula de seu filho. E não tem a história de não ter a vaga, tem que ter a vaga. Isso com relação as mulheres da nossa cidade. E se a mulher é vítima de violência de um município próximo a Patos, e decide vir morar em Patos, a lei também garante o acesso à educação do filho dela. Nós sabemos que existem escolas no nosso município, creches, que, em virtude da demanda, existem fila de espera, mas a lei, que não é do Vereador Ítalo, é uma lei da Câmara Municipal de Patos, é uma lei do Poder Legislativo do nosso município, mas eu tenho a honra de ser o autor, garante isso. E essa lei tem sido cumprida pela secretária Adriana. Eu tenho buscado informações, e nós temos bons resultados, bons frutos dessa lei. Então, só pra deixar registrado também a nossa luta em defesa das mulheres. Ainda ontem, a presidente Tide presenciou uma conversa, a senhora vai lembrar porque estou falando, não vou citar o ambiente e nem as pessoas que estavam presente, mais eu fiz um fala, a gente estava falando num grupo de pessoas sobre a violência contra as mulheres, eu não sei se os senhores e as senhoras vão



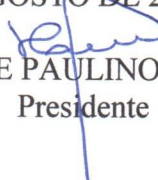
concordar com a minha fala, eu disse que dentro do quadro de violência doméstica, que nós temos inúmeras que, aqui, foram pautadas várias vezes: violência financeira, violência patrimonial, violência física, psicológica, sexual, enfim. Eu falei nessa roda de conversas, que nós sabemos um dos grandes pontos, Samara, a dependência financeira da mulher ainda é sim, e se não for o maior gargalo, mais é um grande gargalho. Eu falei: uma mãe com um, com dois, com três, com cinco filhos, muita das vezes, ela prefere apanhar à noite, para garantir o café da manhã do filho, no outro dia, do que colocar um fim nessa relação abusiva. E uma pessoa que estava na nossa conversa disse que não concordava com minha fala. Eu disse: olhe, nós sabemos que quando a mulher encontra a sua independência financeira e o empoderamento, ela tende a ser uma mulher fora de dados de violência contra as mulheres. Claro, não é a regra, mas acredito ser um ponto extremamente importante. Nós sabemos que, culturalmente, o homem tem um caráter de garantir, o garantidor do lar, garantir a independência da família com seus recursos e, muitas das vezes, por ele estar nessa posição, ele se sente dono da mulher, para fazer e agir da forma que bem quiser. E isso é triste demais, extremamente triste. Quando eu disse que não regra, e porque nós temos também pessoas de classe média alta que também sofrem violência, mulheres independentes, mas que também sofrem. Eu presencie uma vez, uma determinada pessoa da sociedade de Patos dizer que não aceitava que a mulher dele trabalhasse. Era o sonho dela trabalhar, e ele disse: 'eu não aceito que ela trabalhe. E se ela decidir trabalhar, eu deixo ela, eu me separo'. Naquela hora ela sorriu, mas acho que aquilo ali foi uma violência, e ela não percebeu, ela não sentiu que ele estava agindo com ela com violência. Quem conhece a minha história, sabe que eu sou criado por avó. A minha avó é a presença feminina mais forte na minha vida. A minha avó foi caminhoneira por trinta e cinco anos de sua história. Casada, mãe de seis filhos, a mortalidade infantil, na época era muito grande, minha avó perdeu dois e criou quatro. Tanto ela era caminhoneira, quanto o esposo dela, o meu avô era caminhoneiro. E minha avó ela relata algumas conversas entre familiares em casa, e eu fico observando, senhores, a violência contra a mulher vem de longe, não é uma coisa de ontem, não. A nossa Lei Maria da Penha é muito jovem, para um problema tão sério que nós temos na sociedade. A minha vó, na inocência dela, a gente almoçando na mesa, todo mundo, ela chama o esposo, meu avô, de véi, ela disse: 'se véi estivesse aqui, ele só almoçava se eu colocasse a comida dele'. A minha avó relata isso. E muitas vezes, a violência acontecia de forma costumeira, cultural, o homem só sentava na mesa se a esposa colocasse o prato dele, ele não poderia ir pra o fogão, colocar a comida dele. E minha avó fica relatando essas histórias e tantas outras. Ela tinha o caminhão dela, e ele tinha o dele, se fosse viajar, ela ia lá e se trocava, se paramentava com as roupas pra poder viajar; ele pra ir pra o banheiro, minha avó precisava levar a toalha. Aí dizia assim: 'pega pra mim um boné, ali no guarda roupa'. Ele não podia pegar o boné. E minha avó conta essas histórias de forma engraçada, e todo mundo sorrir, inclusive eu. Mas depois a gente vai analisar, secretária Jéssica, e a gente vai perceber que são pontos que muitas vezes passam despercebidos dentro da nossa casa, e a gente não leva em consideração. E aí é onde começa a história da dependência, da exigência, da forma bruta de dizer, porque nós sabemos que o machismo ainda é na sociedade extremamente enraizado. A mulher é professora, é dona de casa, mãe, inúmeras funções, mas o homem precisa ter somente aquela função de colocar o alimento dentro de casa, as despesas, e a mulher tem que fazer tudo, e ele não poder fazer nada, nem sequer fazer um serviço doméstico. Eu aqui eu faço questão de deixar registrada aqui uma fala extremamente importante de uma pesquisadora de gênero, muito conceituada, não sei se alguns de vocês aqui conhece, por nome de Glória Rabai, uma grande mulher, ela

fez uma fala que eu estava lendo algumas coisas e eu deixei pra trazer na noite de hoje. Ela diz que vários fatores influenciam a manutenção de números ainda alto de violências, Samara. Ela diz o seguinte: 'Existe o fator cultural, porque a lei em si não vai diminuir em nada a violência, se não tiver uma mudança cultural. Porque existem muitos fatores que explicam a violência contra as mulheres, como sendo fatores culturais do machismo, e a gente tem visto um crescimento de práticas misóginas, nos últimos anos, com o avanço de políticas conservadoras em nosso país. A gente tem visto que os discursos de misoginia, de ódio, contra as mulheres têm se proliferado na nossa sociedade, fundamentalmente nas redes sociais'. Se a gente parar pra observar as músicas, senhora Presidente, são músicas que colocam a sexualidade feminina, as mulheres de forma extremamente pesada. E agora nós um fator extremamente determinante, essa Audiência, inclusive, está acontecendo num dia muito importante. Todo mundo aqui tem acompanhado a questão da sexualização de crianças em redes sociais, que é outro fator extremamente grave. E ela vai adiante: 'Glória Rabai ressalta, portanto, que a prática do feminicídio não está restrita a um determinado território. Embora sejam as mulheres pretas, pobres, periféricas, as maiores vítimas, a gente vai encontrar vítimas da violência contra as mulheres em qual quer característica social. Da mesma forma a gente vai encontrar homens violentos em qualquer lugar da sociedade, sejam pessoas pobres, sejam pessoas com recurso, sejam homens brancos, sejam homens preto, porque a cultura machista está disseminada por toda a sociedade, não está apenas em determinado núcleo, em uma determinada bolha, porque os casos de feminicídio estão se espalhando por todo território nacional do Brasil e internacional'. E eu fui pesquisar também um dado, que eu precisava trazer pra cá, e aqui eu quero parabenizar o trabalho da polícia militar. Nós sabemos que as forças de segurança, coronel Esaú, têm feito o seu papel, a falha não está na polícia, o problema não está na polícia, eu toda minha fala aqui foi norteadada dizendo que o problema vem de longe, é cultural. É algo que, se não tiver educação, professora Daniele, professora Rosângela, eu acredito no fator da determinante da educação, para que a gente possa mudar na ponta as próximas e futuras gerações. Talvez nem um de nós aqui possa chegar no ambiente, no espaço, que a gente almeja de garantia para as mulheres. A nossa lei, como eu falei a Lei nº 11.340/2026, que é a lei Maria da Penha, é uma lei extremamente jovem pra um problema tão sério, de longe. E um dado importante, de janeiro até junho deste ano de dois mil e vinte cinco, a Paraíba registrou dezenove feminicídios em diferentes cidades, de acordo com dados do Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública, inclusive um dado extremamente pesado, comparado aos dados anteriores, uma crescente nos dados de feminicídios. E na noite de hoje, pra finalizar, esse momento foi importante. E toda Audiência Pública que eu participo, eu costumo dizer é esperado, e a gente espera que daqui saiam frutos que realmente venham a modificar a vida em sociedade, trazer resultados para nossa vida, para as nossas mulheres, e que a gente possa chegar, e se aqui não estiver nenhum de nós, mais que as futuras gerações possam aproveitar dessa luta que hoje nós estamos travando na Casa Juvenal Lúcio de Sousa. E sem esquecer, dizer não a violência doméstica, dizer não a violência de gênero, e repetir a frase da secretária: entre briga de marido e mulher mete o faqueiro inteiro, não somente a colher, é assim, secretária? Então, parabéns a todos. Muito obrigado e vamos finalizar esta Audiência, na noite de hoje". O Cerimonialista fez a seguinte leitura: "Na forma regimental e, após consultado o plenário, requeiro de Vossa Excelência que conste na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, votos de aplausos dirigidos à Secretária da Mulher e Diversidade, Jéssica Alexandre, como forma reconhecimento, em virtude de excelente administração e gestão na Secretaria da Mulher



e Diversidade, elevando e honrando o efetivo funcionamento dos serviços públicos em nosso município, pelo comprometimento e dedicação demonstrados na implementação de melhoria significativas na qualidade do atendimento à população. Justificativa: a presente homenagem com votos de aplausos à secretária da Mulher e Diversidade, Jéssica Alexandre, é um reconhecimento público mais do que merecido, pelo seu trabalho sério, sensível e comprometido à frente da Secretaria da Mulher e Diversidade. Sua atuação tem sido marcada pela dedicação em garantir mais respeito, acolhimento, direitos para as mulheres e para toda diversidade do nosso município. Jéssica não apenas ocupa um cargo importante, mas representa, com firmeza e empatia, as lutas diárias de tantas mulheres. Com sua presença ativa, ela tem mostrado que políticas públicas voltadas para equidade de gênero não são apenas necessárias, mas urgentes. O seu olhar atento e sua escuta aberta, tem feito diferença real na vida de muitas cidadãs da nossa cidade. Entre as ações de destaque de sua gestão, vale mencionar a grande mobilização durante o mês da mulher, com rodas de conversas, atendimentos especializados, palestras, orientações jurídicas e de saúde, além da valorização das mulheres em todos os espaços sociais. Foi um mês repleto de atividades, que levaram informação, acolhimento e empoderamento para centenas de mulheres. Marilucia de Lira Souza – Vereadora/Autora.” As Vereadoras: Brenna Nóbrega, Maria de Fátima, Marilucia Lira, e o Vereador Ítalo Gomes fizeram a entrega do Voto de Aplauso a secretária Jéssica Alexandre. Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 13 DE AGOSTO DE 2025.


VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente


JOSÉ ÍTALO GOMES CÂNDIDO
1º Secretário “Ad hoc”


BRENN V. LEONARDO F. NÓBREGA
2ª Secretária “Ad hoc”